

## ***Novembrada: as mulheres, o cárcere e as solidariedades.***

## ***Novembrada: the women, the prison and the solidarities.***

Marlene de Fáveri<sup>1</sup>

**Resumo:** O acontecimento conhecido como *Novembrada* ocorreu no dia 30 de novembro de 1979, em Florianópolis. Estudantes organizaram um ato de protesto por ocasião da vinda do então presidente João Batista Figueiredo. Ao ato dos estudantes que se manifestavam contra o regime ditatorial, juntaram-se populares que acompanhavam a solenidade na praça XV de Novembro, com palavras de ordem contra a carestia, o arrocho salarial e expressando a ineficiência do governo militar em resolver a crise econômica. O evento foi marcado pela truculência do presidente da República no trato com os estudantes, prisões e enquadramentos na Lei de Segurança Nacional; o movimento ganhou a rua por vários dias em protesto contra estas prisões. Mulheres participaram ativamente da *Novembrada*, detidas ou em atos de solidariedade, cujas memórias evidenciam resistências, relações de poder e gênero.

**Palavras-chave:** *Novembrada*, Mulheres, Relações de poder e gênero, Ditadura militar, Florianópolis.

**Abstract:** The event known as *Novembrada* occurred on November 30, 1979, in Florianópolis. Students organized a protest act against the visit of the country's president, João Batista Figueiredo. Some people watching the solemnity at XV de Novembro Square joined the students, who were manifesting against the dictatorial regime by shouting mottos against scarceness and salary crunch, and expressing the inefficiency of the military government in resolving the economic crisis. The event was marked by the truculence of the president of the Republic in dealing with the students, commanding arrests and indicting them for felony against National Security Law; the movement went on the streets for days, in protest for those imprisonments. The women participated actively of *Novembrada*, in acts of solidarity. Many were taken to jail. Their memories highlight resistance, power and gender relations.

**Key words:** *Novembrada*, Women, Power and gender relations, Military Dictatorship, Florianópolis.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC. Agradeço a historiadora Mirian Elisa da Silva Aguiar Wagner na realização das entrevistas e o diálogo sobre o tema, na realização do Trabalho de Conclusão de Curso: **Em cena, as mulheres:** a *Novembrada* como lugar de resistência. Curso de História, UDESC, 2003. [mfaveri@terra.com.br](mailto:mfaveri@terra.com.br)

Eram dez horas da manhã, naquele dia 30 de novembro de 1979 quando o presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, acompanhado de sua comitiva,<sup>2</sup> chegou à Praça XV de Novembro, centro de Florianópolis; passou em revista a tropa da Polícia Militar e foi recebido no Palácio Cruz e Souza, então sede do Governo do Estado. Como afirmou um articulista da imprensa, o presidente quebrou o protocolo, “misturou-se ao povo, abraçando e beijando crianças, mulheres e velhos certamente não esperava que o rumo dessa festa fosse mudar dali a pouco”.<sup>3</sup> A reportagem aparece dia seguinte ao evento, e o tom indica que aquele que se intitulava “João, Presidente da Conciliação”, pretendia demonstrar sua afeição ao povo num momento em estavam em pauta a abertura política, a anistia geral aos políticos cassados, e enuncia um rumo diferente daquele preparado cuidadosamente pelos anfitriões. A visita do presidente ao Estado estava associada à assinatura de atos administrativos, principalmente a construção da Siderúrgica Sul Catarinense – Sidersul,<sup>4</sup> obra importante para a economia catarinense.

O país estava mergulhado numa grave crise econômica,<sup>5</sup> e a insatisfação com o regime dava sinais visíveis. O ano de 1979 significa para a história do Brasil o prelúdio do fim de um longo período de regime militar que, desde o golpe de 31 de março de 1964, vivia sob a lógica dos regimes ditatoriais: censuras, prisões, torturas, desaparecimentos de pessoas e exílios. Este período foi marcado pelo apoio ao regime em “amplas camadas da população, particularmente entre as camadas médias urbanas”, ou setores da sociedade que “perceberam os benefícios de um crescimento econômico que legitimou a retórica de desenvolvimento e segurança

---

<sup>2</sup> Ministros da Fazenda, Karlos Rischbieter; da Agricultura, Amauri Stábile; das Minas e Energia, César Cals; dos Transportes, Eliseu Resende; do Gabinete Militar, general Danilo Venturini e do SNI, General Octávio Medeiros; dirigentes de órgãos federais (INCRA, Caixa Econômica) e oito deputados federais, bem como seguranças e auxiliares. MIGUEL, Luís Felipe. **Revolta em Florianópolis:** a Novembrada de 1979. Florianópolis: Insular, 1975, p. 16.

<sup>3</sup> **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 01/12/1979, p.1.

<sup>4</sup> Havia já um protocolo assinado pelo presidente anterior, Ernesto Geisel, para a construção da Sidersul; Figueiredo anunciou o término da obra para o ano de 1985, o que não se concretizou e o projeto foi abandonado em 1985.

<sup>5</sup> Durante o governo de Figueiredo, uma grave crise econômica mundial elevou as taxas de juros e a inflação chegou a 230% ao ano; a dívida externa atingiu a marca de 100 bilhões de dólares, levando o País a recorrer ao FMI (Fundo Monetário Internacional).

nacional, sintetizada na fórmula ‘milagre econômico’;<sup>6</sup> retórica esta com largo alcance pela propaganda política, promessas de unidade do país e a crença num futuro rumo ao progresso e ao desenvolvimentismo.

No período de 21 anos em que o Brasil esteve sob o domínio dos militares, passaram cinco presidentes, que governaram com a força das armas; atos institucionais; e rígida censura. A historiografia tem mostrado as diversas faces deste regime, cujas versões e controvérsias aparecem em diversos estudos; dentre estes, a importante contribuição do historiador Carlos Fico aponta as correntes historiográficas sobre o golpe de 1964, e confronta algumas questões controversas sobre repressão política, censura e outros temas da ditadura militar. Na sua análise,

As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos.<sup>7</sup>

Em 13 de dezembro de 1968 foi criado o Ato Institucional nº 5, que fechou o Congresso Nacional; promoveu cassações de mandatos; censura à imprensa e suspendeu os direitos individuais, “considerado um verdadeiro “golpe dentro do golpe”, e quando “A chamada “linha dura” assumia o controle completo no interior do regime.”<sup>8</sup> A partir desse momento, as forças armadas enfrentaram mais violentamente as resistências dos movimentos sociais, especialmente entre os estudantes, e muitas pessoas passaram para a clandestinidade. Os governos militares asseguraram o

---

<sup>6</sup> AREND, Silvia Maria Favero. Introdução. In: AREND, Silvia Marei Favero (org). **Um país impresso: história do Tempo Presente e revistas semanais no Brasil (1960-1980)**. Curitiba, PR: CRV, 2014, p. 13.

<sup>7</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47. São Paulo, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100003#nt02](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003#nt02). Captado em 10 de janeiro de 2015.

<sup>8</sup> MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). **Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Caros Amigos, 2010, p. 35-36.

poder com perseguições aos que diziam ser “subversivos ao regime”; e, apoiados numa “lógica da suspeição” para perseguir os inimigos internos, através Serviço Nacional de Informações (SNI).<sup>9</sup> Lembro que, apesar da severidade com os “subversivos” em potencial, a Lei de Segurança Nacional - LSN não definia exatamente o que seriam estes atos de subversão. Nesse sentido, até mesmo uma manifestação de solidariedade pode ser encarada como resistência, uma vez que é passível de repreensão, já que poderia ser interpretada como indício de subversão. Homens e mulheres estiveram sob a mira da suspeição e, durante o regime, principalmente após o Ato Institucional n. 5, as perseguições recrudesceram. Sobre a natureza do golpe militar, Carlos Fico mostra as tensões internas e as redes tanto com países do Cone Sul quanto ligações com o governo dos Estados Unidos.<sup>10</sup>

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento estudantil universitário brasileiro foi importante na resistência ao regime, força que adveio da capacidade de mobilizar expressivos contingentes de estudantes para participarem da vida política do país. Dispondo de várias organizações representativas, como os DCEs (Diretórios Centrais Estudantis), as UEEs (União Estaduais dos Estudantes) e a UNE (União Nacional dos Estudantes), entre outras, promoviam protestos e manifestações com reivindicações para a sociedade, o que influenciou significativamente os rumos da política nacional. A UNE e demais entidades estudantis foram extintas em 9 de Novembro de 1964 (Lei n. 4.464), reorganizando-se com outras siglas, entretanto, sofrendo intervenções dos militares. No ano de 1964, havia um movimento estudantil organizado em Santa Catarina; entretanto, afastadas “as antigas lideranças das décadas anteriores”, este

---

<sup>9</sup>A ditadura militar constituiu um núcleo de sistema repressivo, coordenado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), onde arbitrariamente alguns interrogadores utilizavam-se e transformaram a tortura em método científico para coagir e obter informações. Foi criado o DOI-CODI, que contratava “analistas de Informações”, formados por oficiais treinados; e houve a colaboração de civis simpáticos ao sistema.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34. São Paulo: ANPUH, Humanitas Publicações, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881997000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011).

Captado em 20 de janeiro de 2014.

<sup>10</sup>FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algezes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464-483. Entrevistadores: Sílvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo LindolfoLohn.

Disponível

em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013464/2853>.

Captado em 25 de janeiro de 2015.

“movimento estudantil viu-se logo esvaziado”, e rearticulando-se com “novos nomes”,<sup>11</sup> e os desafios forma outros, articulando-se nas franjas da repressão. Em novembro de 1979, “no quadro de intensas mobilizações que contestavam a ditadura em todo o país”,<sup>12</sup> os estudantes organizaram um ato de protesto por ocasião da vinda do presidente Figueiredo a Florianópolis, e que se estendeu por vários dias; no dia 04 de novembro, “ocorreu uma violenta investida policial, com o uso de cavalaria e baionetas caladas nos fuzis dos soldados da polícia militar, que cercou as ruas de acesso à Catedral, à Praça XV e ao Palácio do Governo”.<sup>13</sup> E, este foi o palco da Novembrada, como veremos nos depoimentos.

Nos movimentos de resistência a ditadura, se a maioria era composta de homens, muitas mulheres estavam engajadas, principalmente estudantes, as quais também foram presas e torturadas; algumas, desaparecidas nos porões dos militares. Pesquisas têm recuperado vozes destas mulheres, como fez Ana Maria Colling, a partir de documentos do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS em Porto Alegre e entrevistas com mulheres presas e torturadas.<sup>14</sup> Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff organizaram uma coletânea com o tema *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*, importante obra onde sobressaem narrativas de mulheres militantes sobre o período na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai; são narradas prisões, torturas, exílios, atos de exceção promovidos pelos governos militares; bem como as organizações armadas, os movimentos de resistência e de direitos humanos.<sup>15</sup> Marise da Silveira Veríssimo recuperou memórias de cinco mulheres ex-militantes de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, cujas experiências com a ditadura foi atroz, colocadas em situação limite nos porões da repressão e violência.<sup>16</sup> O relato

---

<sup>11</sup> MARTINS, Celso. *A gente quer ter voz ativa: estudantes contra a ditadura (1975-1976)*. In: BRANCHER, Ana e LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs). **Histórias na ditadura em Santa Catarina** (1964/1985). Florianópolis: Ed UFSC, 2014, p. 272.

<sup>12</sup> Idem, p. 291.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 293.

<sup>14</sup> COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

<sup>15</sup> PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

<sup>16</sup> VERISSIMO, Marise da Silveira. **Marias do Socorro - mulheres presas, mulheres torturadas**. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

comovente da catarinense Derlei de Luca, na obra *No corpo e na alma*,<sup>17</sup> mostra faces do seu cotidiano de militante, e como sobreviveu ao regime militar; Derlei é participante ativa da Comissão da Verdade, formada por juristas e professores para investigar os abusos que o Estado brasileiro cometeu contra seus próprios cidadãos durante os períodos de ditadura; os possíveis abusos de direitos humanos que o Estado tenha cometido contra os cidadãos entre 18 de setembro de 1946 e 1988.<sup>18</sup>

Há outras obras de historiadores, jornalistas, sociólogos que tem recuperado este período da História do Brasil; em Santa Catarina, cito aqui a obra de Celso Martins, jornalista catarinense que durante décadas recolheu documentos, fotografias<sup>19</sup> e fez muitas entrevistas para compor o livro *Os quatro cantos do sol*;<sup>20</sup> o autor recupera memórias e imagens da Operação Barriga Verde, deflagrada em 1975 pelos órgãos de segurança do regime militar contra militantes do Partido Comunista Brasileiro que atuavam em Santa Catarina. No processo desta operação, constam que mulheres eram interrogadas sobre as atividades de seus maridos e companheiros, com análises jurídicas feitas por Mateus Gamba Torres.<sup>21</sup> No livro do Cientista Social Luis Felipe Miguel, *A revolta em Florianópolis*, publicado em 1995, o autor observa o evento na ótica da imprensa, referência sobre o assunto.<sup>22</sup> Mais recentemente, foi editada a obra *Histórias na ditadura em Santa Catarina (1964/1985)*, compondo uma série de artigos que recuperam as diversas faces da repressão no período em Santa Catarina.<sup>23</sup>

---

<sup>17</sup> LUCA, Derlei Catarina de. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. da Autora, 2002.

<sup>18</sup> Lei n. 12.528, em 18 de Novembro de 2011 - Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

<sup>19</sup> No ano de 2012, Celso Martins organizou a exposição “Imagens da Resistência: Florianópolis nos anos 70”; o movimento estudantil, as noitadas no Roma, a *Novembrada* e o cotidiano daqueles tempos integraram a mostra.

<sup>20</sup> MARTINS, Celso. **Os quatro cantos do sol**: operação Barriga Verde. Florianópolis: Ed. da UFSC; Fundação Boiteux, 2006.

<sup>21</sup> TORRES, Mateus Gamba. A operação barriga verde e as mulheres: processos e Repressões. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 9**. Florianópolis, UFSC, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em:

[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277762290\\_ARQUIVO\\_Aoperacaobarrigaverdeeamulheresprocessoserepressoes.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277762290_ARQUIVO_Aoperacaobarrigaverdeeamulheresprocessoserepressoes.pdf). Acesso em: 28 de janeiro de 2015.

<sup>22</sup> MIGUEL, Luis Felipe. **Revolta em Florianópolis**: a Novembrada de 1979. Florianópolis: Insular, 1995.

<sup>23</sup> BRANCHER, Ana e LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs). **Histórias na ditadura em Santa Catarina (1964/1985)**. Florianópolis: Ed UFSC, 2014.

Neste artigo, são as vozes de mulheres a dar o norte às narrativas. Elas estavam lá, partícipes da *Novembrada*, e antes dela, organizando a resistência ao regime militar. O objetivo é mostrar o envolvimento de mulheres na linha de frente deste acontecimento, problematizando certo “esquecimento” delas pela historiografia mais recorrente sobre este tema. Rosângela, Francisca, Maria Amélia, Josefina: personagens que vivenciaram dias de tensão; do cárcere; das solidariedades; e outras ainda, anônimas. Isto tem um sentido: ouvir as vozes que têm algo a dizer sobre determinado acontecido, sim, porque “A história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação”, na pertinente observação de Paul Thompson.<sup>24</sup> Nesse sentido, ouvir as mulheres é reconhecer pessoas que foram, por muito tempo, desconsideradas da participação nos eventos significativos da história política, e tornar a História mais democrática.

### **Articulando o movimento em Florianópolis**

Setembro de 1979: assim que confirmada a visita do presidente João Figueiredo à Florianópolis, estudantes ligados ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Universidade Federal de Santa Catarina, se articularam para protestar contra o arrocho salarial; suas consequências na economia brasileira sobre a maioria da população; e contra o próprio presidente, dado o momento e a já duradoura ditadura no país.<sup>25</sup> O protesto seria pacífico, num ato público referendado pela entidade que os representava, dada a prudência necessária para o momento. A articulação, feita às escondidas nas casas de algumas pessoas envolvidas, definiu como chegariam à Praça XV sem serem contidos e driblar a polícia. Segundo Luis Felipe Miguel, o DCE da UFSC era ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), clandestino, pois apenas o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA) eram legalizados, chamam outras tendências políticas de esquerda da Universidade para reuniões onde seriam discutidos assuntos envolvendo a visita de Figueiredo. Conforme ainda esse autor,

---

<sup>24</sup> THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. A história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.22.

<sup>25</sup> “Desde que foi anunciada a visita, em setembro, o Diretório Central dos Estudantes – DCE da Universidade Federal de Santa Catarina decidiu convocar a população para um ato de protesto contra o Presidente da República”. MIGUEL, L. F. op. cit, p. 17.

O DCE da UFSC, na época, era controlado pelo grupo *Unidade*, ligado ao clandestino Partido Comunista Brasileiro – PCB – uma corrente considerada ‘moderada’ pelo restante do movimento estudantil. Presidia a entidade o estudante de Direito Adolfo Luiz Dias, uma liderança sem vinculações partidárias, de discurso calmo e bem articulado. Mas para a realização do ato foram chamadas todas as tendências políticas de esquerda da universidade: inúmeros grupinhos que, reunidos, deviam alcançar cerca de cem militantes.<sup>26</sup>

Reunidas tendências de esquerda, insatisfeitas e contrárias, umas mais radicais, outras mais moderadas, articulam-se entre si e buscam uma maneira de chamar atenção da sociedade para sua condição (era público o gasto astronômico efetuado pelo governo de Santa Catarina Jorge Bornhausen para a recepção<sup>27</sup>). Nas memórias de Rosângela Koerich Souza, à época estudante de Direito na UFSC,

A preparação para a manifestação do dia 30 de novembro de 1979 foi o seguinte: nós sabíamos que o Figueiredo vinha; então eu procurei o Adolfo, era muito amigo dele, mesmo com uma linha política diferente, falei, ‘Adolfo nós não vamos fazer nada? O Figueiredo está vindo aí, o ditador’, ele respondeu: ‘ah ... temos que fazer’...

Mas não queriam fazer muito, porque, era cutucar a onça com vara curta. No entanto, uma semana antes o Adolfo nos chamou para uma reunião no DCE, às escondidas, não foi dito para todo mundo, apenas algumas pessoas mais ligadas. Nos reunimos e discutimos o documento e as faixas, depois de muita discussão para saber o que íamos escrever. Eu queria uma faixa com os dizeres, “Abaixo a ditadura”, eles não permitiram. Tinham que ser faixas, “chega de sofrer o povo quer comer”, “chega de canhão, mais arroz e mais feijão”, umas coisas assim, no documento também. Eu queria uma grande faixa, mas nós decidíamos tudo coletivamente. Fazíamos votação e

---

<sup>26</sup> Idem, p.18.

<sup>27</sup>“Cerca de três mil pessoas aguardavam o Presidente no almoxarifado da Celesc, em Palhoça, distante 20 quilômetros da capital. Eram políticos arenistas de todo o estado e alguns empresários, que haviam pago simbólicos Cr\$ 100,00 pelo chope, frescal, porco, filé e frutas que consumiriam. Trinta e dois churrasqueiros prepararam 3200 quilos de carne”. MIGUEL, L. F, op. cit., p. 47.



acatávamos o que tinha sido decidido. Briguei muito com eles, com a Marize, com a Lígia, com o Adolfo, mas não adiantou.<sup>28</sup>

Envolveram-se diretamente com o movimento Marize Lippel, Rosângela Koerich Souza, Amilton Alexandre, Newton Dias Vasconcelos Jr, Geraldo Barbosa, Lígia Giovanella e Adolfo Luis Dias, dentre outros estudantes. Mesmo sendo “um período de provas e refluxo na mobilização política estudantil”,<sup>29</sup> as lideranças moviam-se entre reuniões clandestinas; outras abertas; na expectativa de um protesto pacífico, ordeiro, mas que deixassem bem claro o descontentamento pela forma como vinha sendo conduzida a economia do país, principalmente a situação de descaso que vinha enfrentando a população. Nesse clima de entusiasmo e apreensão decidiram redigir uma carta aberta dirigida à população, e publicada no jornal *A Notícia*, no dia primeiro de dezembro de 1979, e que transcrevo na íntegra:

Hoje, após 15 anos de repressão, o Governo nos ‘presenteia’ com a visita de seu chefe, o General João Batista Figueiredo. Nesses anos todos, o povo pagou com seu suor, as mordomias dos caciques governamentais. Pagou com seu suor, quando o preço dos gêneros alimentícios aumentam (os preços exorbitantes), fazendo com que as famílias possam apenas sonhar com a comida que os ‘homens do governo’ esbanjam. Por isso, devemos deixar claro que, por mais que seja a campanha publicitária que o governo faça para mudar sua fachada, não vai conseguir enganar o povo. Quando o General ‘João’ afaga com sua mão, a cabeça de uma criança, esconde a outra mão que sustenta o fato de hoje milhares e milhares de crianças brasileiras abandonadas e famintas. Apesar do General ‘João’ achar que ‘seu problema não é o povo e sim a nação’, ele se esquece que a cada aumento da gasolina, afeta diretamente os trabalhadores, que dependem do transporte como meio de vida. Com isso, torna-se claro que os problemas do povo são diferentes do problema do General. Quem viaja de avião-a-jato passeia de ‘galaxie’ (às custas do

---

<sup>28</sup> SOUZA, Rosângela Koerich. Depoimento concedido a Mírian Elisa da Silva Aguiar Wagner. Florianópolis, Janeiro de 2003.

<sup>29</sup> MIGUEL, L. F, op. cit., p.18.

povo), nunca vai se preocupar com o preço da gasolina. Igualmente, quem está habituado a receber banquetes de 6.000 talheres, 3.000 kgs de carne, 6.000 litros de chopp (também as custas do povo), pouco está se importando com o preço de um prato de comida. O povo não se engana mais; exige melhores condições de vida. ‘Abaixo o populismo do General Figueiredo’.

Assinam: Diretório Central dos Estudantes DCE/UFSC; Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Básicos – DACEB; Diretório Acadêmico do Centro de Saúde; Diretório Acadêmico do Centro de Educação – DACED e Diretório Acadêmico do Centro Sócio-Econômico.<sup>30</sup>

Este documento pretendia tocar as sensibilidades da população, uma vez que denunciava o aviltante desperdício nas hostes do governo enquanto a população vivia com extremas dificuldades.

## **A Novembrada**

O dia chegou. Os estudantes apostavam que sensibilizariam a população já que, desde o golpe militar parte dela era “constituída por membros da classe média intelectualizada: estudantes politicamente ativos, professores universitários, profissionais liberais, artistas, jornalistas, publicitários etc”<sup>31</sup> e estava insatisfeita com os militares que, apoiados pela elite conservadora, haviam derrotado a democracia. Do lado dos estudantes, tensão e coragem: “No dia da manifestação nos reunimos no DCE na (rua) Álvaro de Carvalho, bem cedinho, traçamos metas, distribuímos (material), panfletamos, tudo, e depois viemos caminhando, viemos pela rua Tenente Silveira”, nas memórias de Rosângela. Do lado das forças armadas e poder público, movimentação na recepção:<sup>32</sup> aeroporto, rota de passagem até o

<sup>30</sup> Jornal **A Notícia**, Joinville, 01/12/1979, p. 16.

<sup>31</sup>ALMEIDA, M. H. T.; WEIS, L. Carro- Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao Regime Militar. **História da vida privada no Brasil**. v. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 323.

<sup>32</sup>“Entre o aeroporto e o centro da cidade, fitas verde-amarelas em profusão pendiam dos postes, enquanto dezenas de faixas e cartazes saudavam o presidente: ‘Estamos com João, o Presidente da Conciliação’; ‘João, o soldado forte para as grandes batalhas’, ‘Santa Catarina acredita no João’, ‘João, obrigado pelo apoio ao carvão’, ‘Sidersul, aço verde e amarelo’”. AURAS, Marli. A “Novembrada”: João e Jorge versus “cheiro do povo”. In: **Poder Oligárquico Catarinense**: da guerra aos “fanáticos” do Contestado à “opção pelos

centro da cidade; faixas e balões; funcionários públicos dispensados e usando camiseta alusiva ao presidente; palácio Cruz e Souza preparado; almoço em Palhoça para 2 mil pessoas... Não sem protestos isolados da população.<sup>33</sup>

O cenário estava posto: às 9 horas e 45 minutos o presidente chegou ao Palácio do Governo. A praça estava tomada de populares; dentre estes, os estudantes com faixas: “Abaixo a fome”; “O povo quer comer”; “Abaixo a repressão”, e outras frases de protesto, desafiando o policiamento ostensivo e o cordão policial que salvaguardava o Palácio. Rosângela mostra o tom do momento:

Tinha uma mulher amiga minha, Maria Amélia, era de São Paulo e a irmã dela é casada com um general amigo do Figueiredo, frequentavam a casa do Figueiredo. Ela gostava muito de mim e achava muito legal as coisas que eu fazia, era casada com o presidente do Sindicato da Construção Civil de Florianópolis, hoje é dono de um hotel lá em Ponta das Canas, é um grande empresário. ‘Ah..., mas eu quero ir contigo nessa manifestação’. ‘Então vamos, mas, olha não sei o que pode acontecer’. Ela é uma mulher morena, alta, tem mais idade do que eu; bonita, colocou um óculos dourado, fez um coque, um tailleur amarelo. Quando chegamos perto do Palácio, com faixas, berrando e ela bem na frente, cordão de isolamento entre nós e o Palácio, e os guardas segurando ali, sem agressões, sem bater, sem nada e aí ela falou para um guarda, ‘seu guarda eu queria dar um beijo no Figueiredo’. Aí o guarda falou assim para ela, ‘deixa essa senhora passar’. Quando ele falou isso os guardas abriram o cordão de isolamento para ela entrar. Ela se voltou para nós e disse ‘vem turma’, entramos, foi aí que a gente aproveitou, acabamos com o cordão de isolamento.

---

pequenos”. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 23.

<sup>33</sup> No trajeto entre o aeroporto e o centro de Florianópolis, “enquanto políticos e autoridades esperavam ansiosos a chegada do Presidente João Figueiredo no aeroporto Hercílio Luz, donas-de-casa e taxistas empunhavam panelas e buzinas para protestar contra o aumento do custo de vida e da gasolina decretados uma semana antes”. LAGES, Valéria. Catarinenses relembram a novembrada. *Jornal A Notícia*, Joinville, 29/11/1998, p. A-7.

Observo que Rosângela instrumentaliza práticas atribuídas ao feminino, ou artifícios que utiliza em favor da resistência, como beijar a mão do presidente. Ana Rita Fonteles Duarte analisa as formas de ação política das mulheres em defesa de parentes presos e desaparecidos, mostrando como tais práticas eram recorrentes.<sup>34</sup> Neste clima, o presidente é conduzido ao interior do Palácio Cruz e Sousa. Do lado de fora, a polícia e assessores do governo que tentavam manter a ordem. O presidente resolve ir até a sacada, e depara-se com faixas e palavras de ordem como “Abaixo Figueiredo, o povo não tem medo”. O presidente recua ao interior do Palácio. Muitos presentes ao evento passam a entoar frases como “O povo quer comer”, “Abaixo a exploração”, “Mais arroz e feijão”. Na tentativa de abafar o som da rua, a segurança determina que fosse ampliado o som da canção *Samba da Conciliação*.<sup>35</sup> Mas nada deteve as vozes, como lembra Rosângela:

Os servidores públicos foram todos liberados e foram lá curiosos, puderam sair do trabalho e foram para a Praça XV. Tinha uns dois mil e quinhentos servidores, e o Jorge Bornhausen começou a dar um discurso, a falar, e os servidores públicos começaram a chamá-lo de mentiroso. Nosso ato, os dos estudantes, não era contra o Bornhausen, era contra o ditador Figueiredo e os servidores públicos contra o governo do estado. O governador falava e eles “mentiroso, mentiroso” e aí nós juntos: “mentiroso, mentiroso”. Estragou o alto-falante, ele queria falar e a nossa voz aumentava mais, uma coisa maravilhosa, foi lindo. O governador, o ódio dele, podes ver as fotos, ele de óculos escuros.

Políticos; seguranças; comitiva; partidários do governo observavam atônitos para a pequena massa de três a quatro mil pessoas que, orquestrada por algumas dezenas de estudantes,

---

<sup>34</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. pp. 233-258.

<sup>35</sup> *Samba da Conciliação*, encomendada a Luis Henrique, compositor catarinense, especialmente para a ocasião, cuja letra dizia: “Presidente João o povo do Brasil, nesta canção vem lhe pedir, humildemente um minuto de atenção: o coração brasileiro não se cansa de ter sempre uma esperança para a vida melhorar, pode contar com a gente presidente, a decisão está na sua mão. Santa Catarina saúda João, presidente da conciliação.” MIGUEL, L. F., op.cit. p.16.

manifestava-se. Nas memórias de Maria Amélia: “Me reportando àquele dia, 30 de novembro de 1979, eu ali observando aos que estavam a minha volta a sensação que senti era de muita empolgação, quando o pessoal começou a gritar, quando você viu estava gritando também, isso é uma coisa assim ... fantástica, comecei a vaiar, a gritar”.<sup>36</sup> Preocupados com o rumo dos protestos, líderes estudantis fazem um cordão de isolamento e pedem calma aos mais exaltados, sob o risco de que houvesse prisões. Clima tenso. O governador vai à janela, e inicia um discurso: “O povo e o governo sentem-se honrados com a visita de Vossa Excelência a Santa Catarina...”.<sup>37</sup> Os manifestantes interrompem: “Isso é mentira, vai embora”, ou “O povo, na raça, já tomou a praça”. Conforme relata Daros, “No meio das festividades oficiais, a multidão decidira fazer valer sua voz e Florianópolis, reconhecida capital turística, com suas dunas e praias, torna-se, a partir deste momento, sinônimo de protesto de rua”.<sup>38</sup> As lembranças de Rosângela avaliam:

Fizemos a manifestação, não sei se todo mundo fala, mas, a visão que eu tenho do porquê aconteceu a confusão maior. Do meu ponto de vista, a confusão maior não foi graças aos estudantes, claro que nós impulsionamos, demos uma direção. O povo não faz nada, assim do nada. Tem que se organizar; pensar e isso nós estudantes fizemos. Mas, o grande ato foi o ato dos servidores públicos estaduais. Tenho essa visão porque eu era servidora pública. Os servidores públicos foram liberados para recepcionar o Figueiredo, mas nós funcionários públicos, na época não tínhamos praticamente nenhum direito. Era o governo do Jorge Bornhausen, salário congelado e o servidor público não tinha décimo terceiro salário, não tinha os direitos dos trabalhadores celetistas. E a muito tempo vinham reivindicando uma série de direitos e Jorge Bornhausen não dava a mínima, isso em 1979, só em 1985 é que foram ter um estatuto novo e aí veio uma série de

---

<sup>36</sup> SCHMIDT, Maria Amélia de Almeida. Depoimento concedido a Mírian Elisa da Silva Aguiar Wagner. Florianópolis, Agosto de 2002.

<sup>37</sup> **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 01/12/1979, p. 4.

<sup>38</sup> DAROS, Maria das Dores. Santa Catarina na década de 80: aspectos políticos e conjunturais. In: **Em busca da participação**. A luta dos professores pela democratização da Educação. Florianópolis, NUP, 1999, p. 29.

direitos que não eram previstos no antigo estatuto que foi com o Amin.

Rosângela recupera as dificuldades da classe dos servidores públicos estaduais, ignorados nas suas reivindicações, e confere a esta classe a “confusão maior” do momento, mas só aconteceu com o impulso dos estudantes. No calor do momento, os acontecimentos se desenrolaram, como aquele que o Presidente fez um gesto com os dedos indicando que os manifestantes eram minoria; ofensas a mãe do presidente com o refrão “Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos que Figueiredo vá à puta que o pariu”, e outros que se referiam a sua frase já de domínio público de que preferia ‘cheiro de cavalo a cheiro de povo’. Esses eventos espontâneos e que marcaram a *Novembrada* foram retratados no filme *Novembrada*,<sup>39</sup> direção de Eduardo Paredes. .

Nessa altura dos acontecimentos, os estudantes perderam o controle sobre manifestantes; os policiais agiram com violência; houve correria, e o presidente, desceu as escadas do Palácio e se irritou, havendo um bate boca. Na sequência, dirigiu-se ao Bar Ponto Chic (Senadinho)<sup>40</sup> para um café (que estava no roteiro), e lá novamente houve confusão, com trocas de socos entre a comitiva e manifestantes.<sup>41</sup> Desta feita, o presidente é levado, em questão de minutos, para o almoço em sua homenagem numa churrascaria em Palhoça, na parte continental da cidade. As narrativas deste almoço e dos acontecimentos foram veiculadas pelos jornais, incluindo os discursos, e, evidentemente, o mal estar com que transcorreu.<sup>42</sup>

E, enquanto acontecia o almoço, o centro da cidade estava em polvorosa; segundo Luiz Felipe Miguel, “perto do meio-dia, uma nova manifestação surgiu na Praça XV. Cerca de 20 professores da universidade fizeram uma pequena passeata, reivindicando melhores salários.” Neste clima, “ Terminaram envolvidos pela multidão, que nessa altura já se dirigia

---

<sup>39</sup> Filme “**Novembrada**”- Diretor: Eduardo Paredes. Florianópolis: Usyna Press Vídeo Produções Cinematográficas Ltda. M.F., 1992.

<sup>40</sup> Conferir SOUZA, Isabella Cristina de. Ponto Chic, um ponto de encontro: memórias sobre um Café passado. **VII Encontro Regional Sul de História Oral**, UNILLA, Foz do Iguaçu, 09 a 11 de outubro de 2013 - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: <http://www.sul2013.historiaoral.org.br/> Captado em: 29 de janeiro de 2015.

<sup>41</sup> “A pancadaria entre populares e a comitiva presidencial se generalizou. Um oficial do Exército levou um tapa e perdeu o quepe; o chefe do Gabinete Militar foi jogado em cima de televisores que estavam expostos nas lojas Arapuã, em frente ao bar Ponto Chic. O ministro César Cals escorregou numa das floreiras do calçadão e caiu no chão. Ele foi cutucado por um dos cabos de vassoura que sustentavam os cartazes do DCE e que, neste momento, já estava em mãos dos populares.”<sup>41</sup> MIGUEL, op. cit., p. 40.

<sup>42</sup> Jornal **O Estado**, 01/12/1979, p. 1.

para o aterro da Baía Norte. Lá, foi destruído o gigantesco balão de gás alusivo à visita presidencial. O balão foi esvaziado e, em seguida, incendiado”.<sup>43</sup>

O Palácio do Planalto cuidou de abafar o entrevero ocorrido em Florianópolis,<sup>44</sup> e o sistema de informação estava atento: a Polícia Federal agia sorrateiramente nos laboratórios fotográficos em busca de imagens dos manifestantes. Assim, chegaram aos sete estudantes: Rosângela Koerich Souza, Geraldo Barbosa, Hamilton Alexandre, Nilton Vasconcelos Júnior e Marize Lippel, detidos no dia 02 de dezembro. Adolfo Dias e Lígia Giovanella, respectivamente presidente e vice-presidente do DCE-UFSC, fugiram para cidades do interior do Estado, detidos dia 9 de dezembro, “com mandatos de prisão expedidos pela Polícia Federal, apresentam-se hoje às 9 horas para prestar seus depoimentos”.<sup>45</sup>

Na prisão, ficaram separados: os homens numa casa da Penitenciária Estadual e as mulheres no Hospital Militar Lara Ribas; elas sob a guarda da polícia civil. Acompanhavam os acontecimentos externos através dos advogados; sabiam das manifestações de repúdio às prisões e da luta de colegas, pais, políticos para que não fossem enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

### **As mulheres: o cárcere, as solidariedades**

Dentre as mulheres que atuaram na manifestação, três delas foram presas: Marize Lippel, Lígia Giovanella e Rosângela Koerich Souza, estudantes da universidade Federal de Santa Catarina.. Rosângela, estudante de Direito e militante política engajada no movimento estudantil, lembra que “pegaram todos os meus livros de Karl Max, Trotski. Não conheciam esses autores [...], eram muito ignorantes, pessoas simples. Eu falei para eles que era estudante de Direito e que os livros pertenciam ao curso”. Segundo suas memórias, “Nós fomos presas dia 2 de dezembro, no domingo. Eram seis horas da manhã, me tiraram da cama, estava dormindo, a polícia civil chegou e me arrancou da cama e me levou presa. Só deu tempo de trocar de roupa. Eles pegaram todo mundo de manhã cedinho, entre cinco e meia e seis horas”. Reféns no judiciário, as mulheres detidas (bem como os

---

<sup>43</sup> MIGUEL, L. F. Op. cit, p. 42.

<sup>44</sup> A revista **Veja**, de 05 de dezembro de 1979, em reportagem de capa, intitulou como ‘A desordem no limite’ o evento que viria a ser conhecido como a *Novembrada*; cita que “Sua gravidade limita-se porque a baderna foi patrocinada por um pequeno grupo e que não faz parte do sentimento nacional”. p. 23.

<sup>45</sup> MARTINS, Celso. Dirigentes do DCE falam antes de se entregarem. **Jornal O Estado**, Florianópolis, 6/12/1979, p. 2.

homens<sup>46</sup>) passaram todo o dia respondendo a interrogatórios, e a noite levadas ao Hospital da Polícia Militar. Foram colocadas em quartos separados, mas próximos, de maneira que mantinham contatos com dificuldades, como contou Rosângela em entrevista ao jornal:

Fiquei oito dias em cela incomunicável e dois dias recebendo visitas. Eu e a Lígia, que estava em outra cela, ficávamos conversando aos berros. Cantávamos música do Geraldo Vandré e recitávamos Drummond, só para irritar os guardas. Como não me deixavam ler, para não pirar eu ficava o tempo inteiro limpando os ladrilhos e a junção dos azulejos do banheiro. Nunca ficaram tão limpos! Nem no banheiro eu podia ir sozinha!<sup>47</sup>

Desta narrativa depreendemos resistências: com as armas que dispunham, elas se comunicavam em voz alta, cantavam a música de Geraldo Vandré proibida pela censura, recitavam versos. Dona Francisca, cozinheira que trabalhava neste Hospital Militar, contou que um tenente chamou as funcionárias para uma reunião rápida convocando-as para que pernoitassem, em sistema de revezamento, em companhia das prisioneiras:

O tenente nos disse que devido ao “rebolicho” da Praça, virão mulheres que vão ficar presas aqui e preciso de duas mulheres para ficar de plantão à noite com elas. Algumas funcionárias reclamaram porque tinham marido e não podiam dormir fora. Ele disse que a gente se virasse e fizesse um revezamento e nos ameaçou dizendo que déssemos um jeito, quem não concordasse poderia perder o emprego. Assim a gente resolveu quem ia ficar. Eu fiquei 2 noites com uma delas, acompanhada de uma colega que já faleceu, que ficava com a outra prisioneira.<sup>48</sup>

Francisca não teve escolha ante a intimidação do militar, e acompanhou por duas noites uma das prisioneiras; disse que não teve medo porque não representavam perigo, não tinham armas. No quarto

---

<sup>46</sup> Sobre os homens detidos, eles “passaram todo o dia respondendo a interrogatórios ou isolados em cubículos na Polícia Federal. Alguns souberam apenas no final da tarde quem era seus colegas de prisão. Os interrogatórios foram agressivos e os detidos passaram fome, mas não houve nenhum tipo mais pesado de coação. À noite, foram transferidos para a Penitenciária Estadual [...]”. MIGUEL, p. 59.

<sup>47</sup> Jornal **A Notícia**, Joinville, 29/12/1998. p A-8

<sup>48</sup> SOUZA, Francisca, 76 anos. Depoimento concedido a Mírian Elisa da Silva Aguiar Wagner. Florianópolis, Agosto de 2002.



não tinha nada além de duas camas, e nada que possibilitasse distração. O cotidiano da prisão é rememorado por Rosângela:

Então eu era militante e muito marcada também, sim, porque no Direito a minha turma era composta, a maioria era polícias civis, militares e federais. Eu os tinha por companheiros em sala de aula. Inclusive os meus carcereiros eram meus companheiros de sala de aula, eles que iam me buscar pra interrogatório. Não, lá em casa não: não foi nenhum deles me prender; então, quem ia me buscar para o interrogatório com metralhadoras apontadas para mim eram meus amigos de sala de aula, é, meus amigos de sala de aula.... Eu dizia a eles; vocês não têm vergonha de fazer isso? Eu sou uma garota de 22, 23 anos de idade e vocês sabem que eu não sou mau caráter nem bandida e além de vocês me prenderem ainda me apontam metralhadoras, que é que isso? Ai eles me diziam “ordens são ordens”, eu dizia “olha os nazistas falavam as mesmas coisas. Os nazistas mataram e fizeram a defesa deles, sempre cumprindo ordens, vocês vão pagar um dia por isso.

Neste relato, afloram subjetividades ao lembrar colegas de curso que a policiavam. Detida e sob a mira de armas, Rosângela não se intimida e resiste “as ordens” enfrentando-os, comparando suas atitudes as dos nazistas. Táticas que se espraiam em momentos de perigo? Sim, mas também coragem e determinação. Quando era possível, elas burlavam os esquemas de vigília:

Durante o dia inteirinho um homem da Polícia Federal ficava sentado numa cadeirinha na porta do nosso quarto. No quarto só tinha a cama, tinha duas camas, uma da visita ou acompanhante e a outra cama para mim. Então tinham essas duas camas e a porta ficava aberta e durante o dia inteiro ficavam sentados numa cadeira diante da porta. Em cada porta ficava um policial, vigiando o dia inteirinho. Eu não podia ler, não podia fazer um crochê, não podia fazer absolutamente nada. À noite vinha a polícia civil feminina, aí essas meninas não queriam nem saber de ditadura, aí sim, então nós jogávamos canastra, conversávamos, líamos jornal.

Podemos afirmar que havia certa cumplicidade entre as mulheres presas e aquelas que em alguns momentos à noite as vigiavam e que, de certa forma, burlaram o sistema; talvez, pelo fato de serem mulheres como elas, facilitavam as sociabilidades entre as detentas, e lhes proporcionavam certas “liberdades”, como ler e jogar baralho. Mas nem sempre isso acontecia, e seguimos a narrativa de Rosângela:

Nós escondíamos as coisas, e de vez em quando eles iam lá fazer uma faxina e olhavam embaixo do colchão. Um dia foi um troglodita, que veio da Bahia, para nos interrogar, era um gorila imenso, de olhos arregalados, esbugalhados, dava soco em cima da mesa, quebrou quase que o quarto inteiro a pontapés; porque chegou lá e encontrou guardado no criado mudo um monte de revistas Tio Patinhas, Pato Donald, que era uma forma que a gente tinha de se distrair, aí rasgou tudo, disse que não poderia. O que eles queriam mesmo era nos abalar emocionalmente. À noite, conversávamos, e, durante o dia, nós conversávamos também, mas cada uma do seu quarto. Nós berrávamos, gritávamos.

A truculência dos policiais aparece nas memórias, prática comum nestas prisões da ditadura. Tinha medo, sim, e relembra falando como se estivesse anestesiada – e já eram passados 23 anos quando da entrevista – mas as marcas são perceptíveis:

Na época da prisão, no hospital, quando eu ficava muito revoltada, eu chorava tanto, de soluçar. Todos os dias eu chorava sozinha, um calorão, porque eu sou super educada, ficar presa, isso foi uma pressão. Eu pensava que aquilo ia valer a pena, pensava, “calma, que um dia, se tudo isso sair bem, se eu não for para a cadeia”, porque achava que com o tempo eu ia ser condenada, isso eu naquele momento achava; torturada, nunca pensei, mas ser condenada sim, porque que não? Dá uma loucura nesses homens, condenam a gente e eu não suportaria ficar na prisão um mês, Deus me livre, não gosto de pensar nessa possibilidade. Então eu pensava “vai valer a pena”.

Enquanto estavam na prisão, lá fora os advogados trabalhavam para o não enquadramento dos jovens na Lei de Segurança Nacional, o que os impediria de quaisquer direitos civis e os incriminaria nas duras leis e arbitrariedades como eram tratados os presos políticos. Nos dias que se

seguiram das prisões, estudantes se manifestavam na cidade, agora pedindo a liberdade aos colegas presos. Na passeata, dia 4 de dezembro, Maria Amélia – ela que fez romper o cordão de isolamento no dia da visita do presidente em frente do Palácio - incomodada com os boatos que corriam sobre sua amiga Rosângela, protestou, com as armas que tinha; e assim narrou:

Eu, revoltada, pois gostava muito dela e estava havendo aquelas manifestações, pensei “ai meu Deus, o que eu faço para protestar contra o que estão fazendo com ela?” Eu nem entendia de política, eu só entendia que comunista... o que era comunista para mim? Que eram pessoas que não acreditavam em Deus, que eram contra o governo e eu não tinha nada disso. Bom, para eles pensarem que eu não sou descrente, que eu acredito em Deus o que eu vou fazer? Vou fazer uma passeata com uma santa e com terços. Meus filhos estudavam no Menino Jesus e então fui pedir um terço, pois não dispunha de nenhum e fui à rua com minhas duas filhas, fiquei com medo de apanhar e acompanhadas por elas achei que não me fariam nada. Fiz uma placa e nela escrevi mais ou menos assim “em protesto para que meus filhos amanhã não sofram injustiças que esses estudantes estão sofrendo hoje”, e sai pela rua Felipe Schmidt. Andei pelas ruas com um véu na cabeça, nem sei se usavam véu, com a santa na mão e as crianças do lado e com a placa. As minhas filhas eram pequeninas, a santa era a Nossa Senhora que eu tinha em casa. Percorrendo as ruas algumas pessoas por onde eu passava me aplaudiam outras falavam “olha que ridículo, que absurdo”. Eu só queria que a Lelê saísse da prisão, porque eu fiquei revoltada.

Decidida, foi para a rua com um cartaz que dizia: “Que no futuro haja mais justiça, para que minhas filhas não sofram o mesmo que nossos irmãos presos hoje”; e o fez levando consigo suas duas filhas menores para ter mais segurança numa eventual repressão, foto publicada na imprensa no dia 6 de dezembro:



Figura 1: Fonte: jornal *O Estado*, Florianópolis, SC, 06/12/1979.

Maria Amélia caminhou desde a sede do DCE, situada na Rua Álvaro de Carvalho, até a Praça XV de Novembro; ajoelhou-se em frente ao Palácio Cruz e Sousa; em seguida seguiu para a Catedral onde rezou pelos estudantes presos. Solidariedade e coragem: na imagem aparece Maria Amélia com o cartaz, seguida de populares; ela leva o rosário e uma imagem de Nossa Senhora, signos importantes para a religiosidade católica, e com isso dissipar uma possível imagem de ligação com o comunismo. Mesmo que diga não entender de política, tinha clareza que seu ato de reivindicar poderia ser visto como subversão; sabia dos riscos, mas também que estes seriam minimizados se os argumentos fossem proferidos através de imagens "insuspeitas": mulher-mãe, mulher-religiosa, o uso do rosário e o véu denotam pureza, castidade, fé; e o discurso é de uma mãe preocupada com o futuro dos filhos. Utiliza de perspicácia com elementos atribuídos ao gênero feminino e que deveriam sensibilizar a repressão.

Na sua narrativa, conta de como foi abordada e a repercussão deste ato:

Veio a televisão para me entrevistar e eu não sabia qual era... Você entende? Não sabia qual era o objetivo da entrevista, então eu falei "olha, inclusive eu conheço

Figueiredo”, porque o meu cunhado era militar em Brasília e gente já tinha estado não só com Figueiredo, mas com ministros. Eu estava naquele dia do episódio contra o Presidente, estava protestando quanto a inflação e eu não sei qual era o protesto deles, só sei que não vi ninguém batendo em ninguém, e eu pensei: vou defender até o fim. Meu marido estava viajando, se ele estivesse aqui não permitiria que eu fizesse esse tipo de coisa, sair as ruas com as meninas. (...)

Eu fiquei morrendo de medo e na Praça o pessoal da imprensa me perguntou o que eu estava fazendo, eu “estou defendendo a Rosângela, eu estava o tempo todo com ela e ela não fez nada disso que estão falando”, disse mais algumas coisas e acrescentei: “para amanhã convoco as mães, para que venham aqui a Praça para desfilarmos juntas, vamos protestar contra isso que é um absurdo que estão fazendo”. No dia seguinte, meu marido chegou de São Paulo, não pude ir, mas pensei que ninguém fosse fazer o que eu tinha pedido. Algumas pessoas no dia seguinte ficaram me esperando para protestar e eu não apareci; pena. Sei que pelo fato de eu não ter aparecido, não aconteceu nada, talvez me achassem com jeito de líder, não fizeram nada, dispersaram.

Maria Amélia não participava do movimento estudantil, e sua relação com Rosângela era de grande amizade, o que a motivou a fazer a manifestação. Vemos que há solidariedade e resistência no ato de Maria Amélia, e isso mostra que as mulheres não são passivas nem tão submissas: quebram normas e se expõem, usam de estratégias, como fez a depoente. No cotidiano, aparecem imprevisibilidades, as “artes de fazer”, as artes de resistir e reinventar.<sup>49</sup> Na versão da imprensa, que entrevistou Maria Amélia sobre sua passagem na passeata:

Desta vez, não havia policiais e as manifestações de solidariedade foram palmas. Foi durante o protesto feito por uma mãe, dona Maria Amélia, acompanhada de duas filhas com pouco mais de cinco anos, que carregou ontem pelas ruas do centro da cidade um cartaz apelando para que “no futuro haja mais justiça,

---

<sup>49</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano**: artes de fazer. ALVES, Ephraim Ferreira (trad.). Petrópolis, R.J: Vozes, 1994.

para que minhas filhas não sofram o mesmo que os nossos irmãos presos”.

Vestido estampado e com um terço na mão, dona Maria Amélia, quatro horas da tarde, levou ao DCE, uma cartolina para que fosse feito o cartaz. Depois saiu com as filhas pela rua Felipe Schmidt, e faz a primeira parada em frente ao Ponto Chic, onde levantou o cartaz. Foi aplaudida.

Dali ela caminhou ao redor da Praça XV até chegar ao Palácio Cruz e Sousa, onde ajoelhou-se e pediu: “Por favor, governador. Não deixe uma inocente presa. Lhe imploro de joelhos, na certeza de que, amanhã, não precisarei voltar novamente à praça”.

Dona Maria Amélia pedia a libertação da estudante Rosângela Koerich Souza, (...) Ela disse que “Rosângela é inocente”. Rosângela é uma pessoa que foi presa injustamente, pois esteve o tempo todo comigo, na visita do Presidente. Ajudou inclusive a tirar as pedras das mãos das pessoas. Afirmou ainda a mulher que se o presidente João Batista de Figueiredo tomar conhecimento que a estudante “esteve comigo, e foi presa injustamente, ele vai soltá-la”. “se democracia é isto que nós vemos, imagina daqui a 10 anos quando minhas filhas estiverem na Universidade – comparou.<sup>50</sup>

Nos dias seguintes, com a permissão de visitas, Maria Amélia foi visitar Rosângela, e, segundo sua narrativa “A polícia acabou me prendendo; me reconheceram pelas fotografias e me levaram juntamente com a Rosângela para interrogatório.” No interrogatório, argumentou que nada estava fazendo de errado, apenas protestando contra a prisão da amiga, e inocentando-a:

No depoimento, com agressividade por parte deles, eu dizendo que conhecia o Figueiredo e “ele” “respeito com o Presidente, à senhora tem que falar Presidente Figueiredo”, e eu falei, mas “ele se declara, João Presidente da conciliação”. Disse que era dona-de-casa, (...) que meu cunhado era um coronel amigo de Figueiredo e que frequentávamos juntos a casa de meu cunhado, inclusive Tancredo Neves também participava das churrascadas oferecida por meu

---

<sup>50</sup> Jornal **O Estado**, Florianópolis, 6/12/1979, p.3.

cunhado, pois ele trabalhava com relações públicas do Ministério da Guerra. (...) Eu estava sempre em contato com esse povo todo, não tinha nada contra eles. (...) Depois de algumas horas de interrogação fui liberada. Não aconteceram represálias depois disso. Foi uma história muito curta, onde eu apenas protestei contra a injustiça que estavam fazendo, agora se ela (Rosângela) tinha alguma coisa mesmo a ver...

Solidariedade, risco, e coragem no lugar do silêncio. Pontuou relações de amizade na tentativa de argumentar para que a amiga fosse libertada. Novamente audaciosa, como o fizera antes, no dia 30 de novembro, fazendo quebrar o cordão de isolamento e permitir a entrada de manifestantes em frente ao Palácio.

Josefina Giovanella, mãe de Lígia, estudante detida, esteve também presente no ato de 4 de dezembro, e, segundo o jornal *O Estado*:

O momento mais comovente da manifestação de ontem e que fez várias pessoas chorar, foi quando a mãe da estudante Lígia Giovanella, que está sendo procurada pela Polícia Federal com mandato de prisão embasado na Lei de Segurança Nacional, falou ao povo. De sandálias de dedo, a professora de 2º grau em Rio do Sul, Josefina Giovanella, confessou que estava ali 'porque minha filha sempre me dizia: **mama** vai lá com a gente. E como ela não está, eu estou aqui representando'. (...) 'tem mais: eu creio plenamente na juventude brasileira reprimida 15 anos, agora mais ou menos'. Mas 'eu prometo para vocês que se vocês souberem reivindicar os seus direitos, os direitos de cada um, nós vamos ser gente'. E perguntou aos manifestantes: 'Não é verdade gente, que agora é igual a 1975? Por quê? Porque em 1975 eu tive um filho seqüestrado, torturado, não teve uma voz em Santa Catarina a favor'.<sup>51</sup>

As narrativas das mulheres mostra que não ficaram caladas, pelo contrário: estiveram à frente da luta pela libertação de seus filhos. Ficaram mágoas, cicatrizes, mas a certeza de que não lutaram em vão. Sim, a memória tem esse doce/amargo recompor da dor, do medo. Medo não é ruim, protege; mas se é vivido, marca para sempre. Após muitas

---

<sup>51</sup> Jornal *O Estado*, Florianópolis, 5/12/1979, p. 2.

negociações, foram libertados os cinco primeiros no dia 11 de dezembro, e os outros dois, no dia 13.

O episódio da *Novembrada* e a prisão dos estudantes tornara-se o assunto da imprensa naqueles dias, e de muita movimentação por parte da sociedade, especialmente entre estudantes ligados a movimento estudantil e dos familiares dos detidos. Em entrevista coletiva à imprensa, no dia 17 de dezembro de 1979, os estudantes afirmaram que “perderam o controle da manifestação, ocasião em que se retiraram e que de maneira alguma, admitem a infiltração de lideranças externas, muito menos a participação de gente procedente de outros estados”.<sup>52</sup> Relataram que os palavrões dirigidos contra o Presidente não partiram deles, estudantes, e sim da população, conforme depoimento de Rosângela:

Nós não dissemos palavrões, não chamamos isso, porque nós queríamos politizar o ato. Se bem que isso foi bom, isso é super político, nada contra as ofensas direcionadas a ele. Nós, inclusive servimos de bombeiros na hora, não queríamos aquele tumulto, podia dar prisão, aquela história... Olha o que fizemos, não era bem aquilo que queríamos. Achei que foi ótimo depois.

Diante dos acontecimentos, houve intensa mobilização por parte dos familiares pela soltura dos filhos da prisão. As mães dos sete estudantes presos foram até Brasília, solicitar auxílio aos deputados federais para o não enquadramento de seus filhos na Lei de Segurança Nacional. Em Brasília, estiveram hospedadas na casa do então senador Pedro Ivo Campos. Entre estas mulheres, estava Josefina Giovanella, mãe de Lígia, que liderou uma luta feroz para que os estudantes não fossem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Livres da prisão, foram obrigados a prestar depoimentos, a cada quinze dias, na Comarca de Curitiba, à espera do julgamento. Segundo Luiz Miguel, havia a “denúncia embasada na Lei de Segurança Nacional, que tinha sido acolhida pelo Juiz Carlos Augusto Moraes Rego, da 5ª Circunscrição da Justiça Militar, em Curitiba”.<sup>53</sup>

Depois de muitas batalhas por parte das mães, parentes, amigos, alguns deputados de oposição, instituições políticas, religiosas, grupos estudantis, os cinco primeiros estudantes foram libertados no dia 11 de dezembro de 1979; Lígia e Adolfo, no dia 13. Segundo Auras, “Prosegui, entretanto, o inquérito que visava enquadrá-los na LSN, acompanhado, de perto, pelos segmentos organizados e mobilizados da sociedade civil

---

<sup>52</sup> **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 18/12/1979, p. 3.

<sup>53</sup> MIGUEL, L. F., op. cit., p.83.



catarinense.”<sup>54</sup> No dia 14 de fevereiro de 1981, “o promotor militar Bertino Ramos pediu o enquadramento na LSN de duas entre os sete estudantes acusados, Rosângela Koerich e Lígia Giovanella. Contra elas pesavam as principais acusações de policiais que julgavam tê-las visto agredindo verbalmente o Presidente”.<sup>55</sup>

Os estudantes passaram por um período de um ano e dois meses entre a prisão e as viagens de Florianópolis a Curitiba prestando depoimentos, o que alterou significativamente suas vidas no cotidiano e os manteve sob a ótica da suspeição. Eles por certo tinham medo porque havia uma lógica repressiva perversa, e já se tornavam públicos os desaparecimentos de pessoas nos porões da ditadura. Marilena Chauí mostra que o medo está nas mais triviais situações cotidianas, e aí está o maior medo dos homens: o medo da morte. Da traição, da tortura, da perda, do inferno, da desonra, da fome, da dor, do escuro, mas, sobretudo da morte.<sup>56</sup> Cada época constrói seus mitos e seus demônios, conforme convém a determinados grupo de interesse; no regime de ditadura e pesada repressão, discursos incitavam ódios e nominavam pessoas, em especial os estudantes, de “traidores da pátria”, e assim formavam imaginários de medo.

No dia 17 de fevereiro de 1981, ocorreu o julgamento do Tribunal de Segurança Nacional, sendo absolvidos por um júri militar por três votos contra dois. Sobre este julgamento, Rosângela relata:

No julgamento, um policial disse, sem olhar para mim, que eu cuspi no rosto dele. Foi lá no meu lado e eu olhava para ele e ele não olhava para mim. Que eu chamei o Figueiredo de estopor (risos). O juiz: o que é isso? É estopor! Começamos a rir. Imagine, nós na passeata a gritar, “estopor, estopor”. Não sabia o que ia dizer e inventou um palavirão que era mentira, foi muito engraçado. O juiz não era militar. O tribunal que nos julgou era formado por um juiz de Direito e quatro militares, eram cinco votos, fomos absolvidos por 3 a 2. O juiz era muito simpático, não estava mais afim, não era mais o momento; queriam sair daquela confusão, o interrogatório já acontecia há um ano. A cada quinze dias, tínhamos que ir a Curitiba para os interrogatórios, que mexeram com a gente, era um inferno. A nossa prisão aconteceu em dezembro de 1979, fomos

---

<sup>54</sup> AURAS, M. op.cit., p. 35.

<sup>55</sup> MIGUEL, L. F. op. cit., p. 87.

<sup>56</sup> CHAUI, Marilena. Sobre o medo. In: CARDOSO, Sérgio et alii (orgs). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 35-75.

julgados em fevereiro de 1981. Durante esse período inteiro, de vez em quando nós íamos a Curitiba. No julgamento não houve interrogatório novamente. Foram à leitura dos depoimentos, testemunhas. Teve uma testemunha que lembrava da Lígia (risos), porque o suor dos cabelos dela escorreu sobre o rosto dele. Gente, que cena! Que ela estava sem sutiã, ela suou muito e a camiseta molhada, colou no corpo dela. Foi uma coisa assim muito erótica. O cara, acho, que sentiu na hora. Foi muito engraçado.

A narrativa de Rosângela, tantos anos depois, mostra o sentido de “inferno” vivido durante mais de um ano indo a Curitiba prestar depoimentos. Havia tensão no julgamento, entretanto, sobressai de sua memória o riso com a citação no processo da palavra “estopor”, palavra conhecida na cultura local de Florianópolis. Encerra-se o processo, mas não se apagam as memórias, esta que nos dá detalhes cotidianos da experiência vivida com e apreensão. De acordo com Salvatici, “a complexidade das narrativas de mulheres e suas múltiplas perspectivas sobre o passado contribuíram para dar destaque às contradições e repressões do discurso público”,<sup>57</sup> sim; e o que elas dizem hoje são fragmentos da experiência vivida naqueles dias turbulentos nas suas vidas. Trazem a memória individual que se mistura à memória coletiva; ambas são história.

As mulheres que nos deixaram seus relatos - Rosângela, Maria Amélia, Francisca, Josefina - e outras mulheres que participaram e se manifestaram na *Novembrada* e dias seguintes, mostram que onde há vida, há resistência, inventividade, solidariedade, ternura. Elas trazem cicatrizes na alma; memórias da pele; sentidos que ainda pulsam. E, decididamente, não são submissas: pervertem papéis sociais e sexuais, ousam; a elas, nosso respeito. Ditadura nunca mais...

---

<sup>57</sup> SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres.

**História Oral**, v. 8, n. 1, jan/jun. 2005, p. 41. pp. 29-42